

05

OS DESAFIOS ATUAIS DOS  
DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS,  
CULTURAIS E AMBIENTAIS -  
DESCAS NO BRASIL





**OS DESAFIOS ATUAIS DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS  
E AMBIENTAIS – DESCAS NO BRASIL**

**MAIO 2025**

# FICHA TÉCNICA

## COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

Sueli Carneiro

## ELABORAÇÃO DE TEXTO E TRADUÇÃO:

Kátia Mello

## REVISÃO TÉCNICA:

Iradj Eghrari

## DIAGRAMADOR E DESIGNER: SENDIGITAL

Antônio Carlos “KK” Santos Filho

## OS DESAFIOS ATUAIS DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS – DESCAS NO BRASIL

G316

Os desafios atuais dos Direitos econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DESCAS no Brasil / coordenação: Sueli Carneiro. - São Paulo : Geledés, 2026.

46 p. -- (Coleção Geledés no Sistema Internacional; v.5)

ISBN: 978-85-62750-54-0

1. Direitos civis. 2. Justiça social. 3. Desigualdade social. 4. Direitos humanos. I. Geledés Instituto da Mulher Negra. II. Título.

CDD 305.896

## Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos: Questões socioeconômicas  
305.896 Lucineia Pereira Ribeiro – Bibliotecária – CRB-8/10400

ISBN: 978-85-62750-54-0



realização





# SUMÁRIO

07 **INTRODUÇÃO**

11 **APRESENTAÇÃO**

17 **PARTICIPANTES**

19 **FALAS NA ÍNTEGRA**



# INTRODUÇÃO

Este documento dá continuidade à série de publicações iniciada com *Brasil e Durban – 20 anos depois*, que, embora não seja o primeiro volume, inspirou uma coleção de documentos publicados pelo Centro de Documentação e Memória Institucional do Geledés – Instituto da Mulher Negra. *O Brasil e Durban – 20 anos depois* foi lançado em 2021 e resultou de um esforço para refletir sobre os avanços e desafios 20 anos após a III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Este volume inaugural revisitou a histórica participação da sociedade civil brasileira no processo de construção de uma agenda política antirracista e antissexista no cenário internacional. Ele se tornou uma importante ferramenta de memória e inspiração, traçando os caminhos do ativismo negro e feminino no contexto global.

O presente documento, *Os Desafios Atuais dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DESCAS no Brasil*, é o quinto volume da coleção e resulta de um evento fundamental realizado por Geledés, em parceria com outras organizações da sociedade civil, em 28 de setembro de 2023, em Genebra, durante o monitoramento do Estado brasileiro pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. Este encontro internacional trouxe à tona a urgente necessidade de avançar na implementação plena do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Brasil, especialmente no que se refere aos direitos da população negra e indígena.

As intervenções que marcaram o evento evidenciaram a negação sistêmica dos direitos básicos da população negra, que segue sendo alijada das garantias fundamentais que o Estado deveria assegurar. Como destaquei durante minha participação, enquanto essas questões não forem combatidas de forma estruturante, os direitos humanos continuarão a ser privilégio de uma minoria. A população negra segue sendo excluída dos compromissos firmados pelo Brasil, com os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais ainda sendo uma quimera para a maioria da população, que é negra.


Durante a discussão, salientei que, sem enfrentar de forma radical o racismo, o sexismo e o fundamentalismo religioso que permeiam as estruturas de poder no Brasil, não teremos sequer a chance de garantir direitos econômicos e sociais justos para a população afrodescendente. Reitero que, enquanto o Estado brasileiro não investir de maneira vigorosa em políticas públicas de reparação histórica para as populações negras, não teremos um desenvolvimento coletivo que abarque toda a diversidade e potencialidades do nosso povo.

Apresentei a urgência de um programa robusto de desenvolvimento econômico e social para afrodescendentes, como uma política de reparação histórica. Não podemos seguir adiando a implementação de um Estatuto de Igualdade Racial que garanta, de fato, o direito à terra, ao trabalho, à educação e à cultura para os negros e negras do Brasil. As desigualdades raciais no país são profundas, e os índices de violência, como o assassinato de crianças e jovens negros em diversos estados, mostram que o direito à vida continua sendo sistematicamente negado a nós.

O evento também contou com a presença de representantes indígenas, que também vivem em situações de desigualdade extrema, e ativistas na área de saúde. No entanto, como destaquei, a realidade da população negra no Brasil é singular em sua crueldade. A violência racial, a falta de acesso à saúde de qualidade e a negação do direito à terra são questões que afetam diretamente a vida de milhares de afrodescendentes. As mulheres negras e os jovens negros são os mais expostos a essa violência sistêmica, sendo constantemente alvo de punição e encarceramento em um ciclo que perpetua as desigualdades históricas.

O papel do **BNDES** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na implementação de justiça econômica, que mencionamos em minha fala no evento, é de extrema importância. O banco precisa ser um protagonista na reestruturação da economia brasileira, com uma política de crédito direcionada para o fortalecimento da economia negra. O BNDES deve ser mais do que um facilitador financeiro; deve se tornar um agente ativo no financiamento de projetos voltados para o desenvolvimento de empresas, cooperativas e iniciativas de afrodescendentes. O apoio do BNDES para os negócios negros e o incentivo a políticas públicas voltadas para a geração de emprego, renda e autonomia para a população negra são medidas que podem transformar a realidade de milhares de brasileiros que têm sido historicamente marginalizados das políticas de desenvolvimento.

A resposta que o Estado brasileiro deve dar é clara: uma política de reparação histórica séria, com investimentos financeiros e uma transformação real das estruturas sociais que mantêm a população negra à margem. O Brasil tem os recursos e a capacidade de investir em uma política de desenvolvimento para os afrodescendentes, e isso precisa ser feito com a mesma urgência com que se enfrentam outros desafios no país.



Este volume é, assim, um chamado para que o Estado brasileiro não apenas reconheça a dívida histórica com a população negra, mas que também tome medidas concretas para reduzir as desigualdades raciais e garantir a plena implementação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais para todos os cidadãos, sem exceção. O racismo sistêmico e a exclusão histórica exigem ações de fôlego e coragem para que o Brasil possa, finalmente, ser um país verdadeiramente democrático e justo para todos.

**Sueli Carneiro**

Coordenadora Executiva

Centro de Documentação e Memória Institucional

**Geledés – Instituto da Mulher Negra**

Maio de 2025



# APRESENTAÇÃO

O evento “Os desafios atuais dos DESCAS no Brasil”, organizado por Geledés-Instituto da Mulher Negra em conjunto com diversas outras organizações dentre elas o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), a FIAN International, ocorreu em 28 de setembro de 2023, em Genebra, na Suíça, por ocasião do monitoramento do Estado brasileiro pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. O debate evidenciou a necessidade emergencial de se combater o racismo, o sexismo e o fundamentalismo religioso como condições indispensáveis à implementação plena do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais no Brasil (DESCAs).

Especialistas em direitos humanos, representantes do governo brasileiro, membros da alta cúpula da ONU, representantes indígenas das comunidades Arara e Guaraní-kaiowá se reuniram para aprofundar a discussão sobre os entraves persistentes na implementação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais no Brasil, refletindo sobre as assimetrias históricas que estruturam a realidade brasileira.

Sob a mediação de Paulo Lugon Arantes, advogado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o encontro contou com a participação presencial de Inaye Gomes Lopes, mestre em História; a vereadora Kaiowá, Mobu Odo Arara; o cacique do povo Arara; Cristiane Ribeiro, secretária-executiva da Plataforma DHESCA (Direitos Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais e à Cidade); Fernando Pigatto, presidente do Conselho Nacional de Saúde. De forma remota, participaram Marina Fonseca (ONG Criola) e Sueli Carneiro, filósofa, coordenadora e fundadora de Geledés.

Para Sueli Carneiro, enquanto essas questões não forem combatidas, os direitos humanos seguirão sendo privilégio de poucos. “O pacto e os tratados internacionais assinados pelo Brasil só beneficiam aqueles que já possuem garantias do Estado. A população negra e indígena segue sendo excluída dessas prerrogativas”, concluiu.

As intervenções de Sueli Carneiro revelam um cenário de violações estruturais, expondo as urgências de ações concretas para assegurar os direitos dos grupos historicamente

vulnerabilizados. Durante sua explanação, a coordenadora e fundadora de Geledés reforçou na ONU a ideia de se criar um Programa de Desenvolvimento Econômico e Social para afrodescendentes. “Um programa de desenvolvimento da comunidade negra como uma política de reparação histórica, requereria, inclusive, programas especiais para segmentos afetados de maneira mais aguda, como mulheres negras e jovens negros, expostos de maneira desproporcional à violência”, disse ela.

Avançando em sua argumentação, Sueli defendeu o que esperar da atuação do Brasil. “Creio que a resposta que se espera do Estado brasileiro é uma política de reparação com Estatuto de Igualdade Racial, que também não saiu do papel, que asseguraria e realizaria as ambições da Plataforma de Ação da Conferência de Durban. Acredito nisso como algo completamente viável, no contexto de um governo que se coloca como progressista, socialmente responsável e determinado a reverter os padrões de desigualdades que existem no Brasil.”

Sueli alertou para o fato de que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) “tem bala na agulha para sustentar uma ideia dessa ordem”. Exemplificou, inclusive, essa possibilidade de aportes do banco ao lembrar que o BNDES apoia financeiramente o projeto de construção do Museu da Escravidão, no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro. “Eu sugiro ao ex-ministro (Aloizio) Mercadante (presidente do BNDES) que ouse mais, muito mais, ao conceber um Programa de Desenvolvimento Econômico Social e Cultural para a população negra como forma de fazer a reparação histórica que o Brasil deve à nossa gente e como forma de erradicar a distância entre esses dois países no território brasileiro”, disse ela.

A coordenadora de Geledés denunciou também a violência sistêmica contra a população negra. “O direito à vida tem sido constantemente ameaçado, principalmente nos territórios periféricos. Somente este ano, no Rio de Janeiro, 19 crianças foram vítimas da violência, oito delas fatais. Na Bahia, apenas neste mês, 52 pessoas foram assassinadas em confrontos entre forças policiais e grupos criminosos”, destacou Sueli.

Outra denúncia de Sueli foi a constante criminalização da população negra, que é constantemente alvo de vigilância e punição, além de sofrer com os altos índices de encarceramento no Brasil. Segundo ela, essa exclusão se estende à política, evidenciada pelo assassinato da vereadora e ativista Marielle Franco e pelos ataques contra candidaturas de mulheres e negros nos pleitos do país.

Ainda nessa esfera política, Sueli citou a não condução de uma mulher negra para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). “Some-se a isso a negação do direito de ser lembrado para ocupar posições de confiança e destaque que está sendo desmascarado nesse momento pelas resistências e ataques que se assiste ao pleito pela indicação de uma mulher negra ao Supremo Tribunal Federal.”

Outro ponto abordado por ela foi a desigualdade no acesso às oportunidades econômicas e sociais. “O mercado de trabalho ainda privilegia a branquitude, enquanto os quilombolas enfrentam dificuldades para obter a titularidade de suas terras. O direito à educação de qualidade, ao reconhecimento cultural e à valorização da identidade negra ainda são negados a grande parte da população”, afirmou.

Sueli também destacou que essa realidade se espelha nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) desiguais entre brancos e negros no Brasil. “O IDH da população branca é compatível com o de países desenvolvidos, enquanto o dos negros está abaixo do de países em desenvolvimento, como aponta o estudo da PNUD Brasil deste ano”, disse.

Já a líder indígena guarani-kaiowá Inaye Gomes Lopes Kaiowá iniciou sua participação com fortes críticas ao Projeto de Lei 2903 (sobre a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas) e ao marco temporal, enumerando os respectivos impactos sobre os povos originários. Segundo ela, a proposta de indenização para invasores de terras indígenas desconsidera a destruição ambiental e a exploração econômica promovida por esses ocupantes.

“A nossa floresta foi destruída, nossos rios secaram e agora querem nos culpar pelo que restou. No Mato Grosso do Sul, o território indígena foi tomado por monoculturas como a soja e a cana-de-açúcar, trazendo desmatamento e contaminação por agrotóxicos. Nossos bebês estão nascendo fracos e muitos não sobrevivem”, denunciou Inaye.

Inaye também alertou para o aumento de casos de câncer entre indígenas, associados à exposição constante a substâncias tóxicas. Além disso, ressaltou a dificuldade enfrentada pelos indígenas na venda de sua produção agrícola, estigmatizada pelo rótulo de “área de conflito”. “Enquanto isso, fazendeiros que ocupam terras indígenas conseguem exportar seus produtos para o exterior”, questionou.

Por fim, Inaye reforçou apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que vete o marco temporal, argumentando que a história indígena no Brasil antecede a Constituição de 1988. “Nosso povo sempre esteve aqui, nossa ancestralidade precisa ser respeitada”, afirmou.

Na sequência de Inaye, o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Pigatto, fez um duro relato sobre a condução das políticas públicas de saúde nos últimos anos, ressaltando os impactos da pandemia de covid-19 e os retrocessos provocados por decisões políticas de governos anteriores.

Para ele, os ataques ao Sistema Único de Saúde (SUS) deixaram marcas profundas na sociedade brasileira – não apenas pelas mais de 700 mil vidas perdidas, mas também pelas consequências duradouras enfrentadas por quem sobreviveu. “Os ataques que a gente tem sofrido deixam sequelas. E não são só as sequelas da covid-19. Precisamos cuidar das pessoas que ficaram abandonadas, das crianças órfãs, de quem está em situação muito difícil”, disse.

Pigatto lembrou que o SUS, concebido na 8ª Conferência Nacional de Saúde e consolidado na Constituição de 1988, nunca chegou a ser plenamente implementado. Apesar disso, ele afirmou que o sistema de saúde brasileiro é reconhecidamente uma referência mundial. “Mesmo com todas as dificuldades, o SUS é modelo. Mas ele sofreu – e não foi só com a chegada da pandemia. Antes disso, já havia um rastro de destruição”, afirmou.

O presidente do CNS destacou ainda o impacto da Emenda Constitucional 95, aprovada após o impeachment de 2016, que instituiu o teto de gastos e, segundo ele, retirou mais de R\$ 60 bilhões da saúde pública até 2022. Ele considerou que essa medida contribuiu para enfraquecer políticas essenciais, como as voltadas à população negra, às mulheres, à saúde mental e à vigilância em saúde. “Essas políticas, construídas com a participação da sociedade, foram desfeitas. Muitas das poucas conquistas que tínhamos foram simplesmente ignoradas ou destruídas”, lamentou.

Para ele, os efeitos dessas políticas atingiram de forma mais severa as populações historicamente vulnerabilizadas, cujas vozes se fizeram presentes na 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada entre 2021 e 2023. Segundo Pigatto, esse encontro foi fundamental para reafirmar os princípios de universalidade, integralidade e equidade do SUS.

Ao final de sua fala, o presidente do CNS reforçou a necessidade de garantir recursos no Plano Plurianual (PPA) e no Plano Nacional de Saúde, com o objetivo de assegurar a consolidação das políticas públicas e o cumprimento do direito humano à saúde. “A luta continua. Precisamos garantir orçamento e políticas que de fato atendam às necessidades da população brasileira”, concluiu.

A crítica ao impacto das políticas de austeridade também esteve presente no discurso de Marina Fonseca, representante da ONG Criola. Ela sublinhou que as mulheres negras estão entre as mais afetadas por esse cenário. “É tanta violação que se torna difícil escolher por onde começar”, disse. Marina apontou que cerca de 70% da população abaixo da linha da pobreza no Brasil é negra, o que revela a interseção entre pobreza, racismo estrutural e exclusão de direitos.

Durante a pandemia, observou Marina, famílias chefiadas por pessoas negras enfrentam maior insegurança alimentar, e a mortalidade materna entre mulheres negras chegou a ser 77% superior à de mulheres brancas.

Citando um relatório recente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Marina lembrou que o racismo sistêmico está diretamente ligado à ausência de políticas públicas efetivas e à falha histórica em enfrentar o legado da escravidão. “Isso se evidencia, por exemplo, nos resgates de pessoas em situação análoga à escravidão. Só entre janeiro e maio deste ano, mais de 1.200 trabalhadores foram encontrados nessa condição – a maioria deles negros. São homens nas lavouras e mulheres no trabalho doméstico”, afirmou.

Marina também relacionou o racismo estrutural à dificuldade de acesso à saúde reprodutiva e aos serviços de aborto legal no país, especialmente por meninas e mulheres negras. Ela mencionou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, que trata da descriminalização do aborto até 12 semanas, atualmente em debate no Supremo Tribunal Federal (STF), como um ponto essencial da discussão.

“O aborto é uma realidade negada. Mas quem são as mulheres que morrem em decorrência de abortos inseguros? Quem são as que não conseguem acesso nem mesmo aos casos previstos em lei? São as mulheres negras e pobres”, denunciou. De acordo com dados da Pesquisa Nacional do Aborto, a maioria das jovens que abortam no Norte e Nordeste do país são negras com menos de 19 anos.

A relação entre preconceito e negligência estatal foi reforçada no discurso do cacique Mobo Odo, da aldeia Iriri, na Terra Indígena Cachoeira Seca (PA). Ele denunciou à ONU a falta de respeito às especificidades dos povos indígenas, sobretudo aqueles de recente contato, como o seu. “Temos culturas, tradições e modos de vida diferentes, e isso precisa ser considerado nas políticas públicas”, destacou.

Entre as violações citadas por Mobo está a prática sistemática de esterilização de mulheres indígenas em sua comunidade, sem o devido consentimento de sua tribo. “Hoje, nosso povo não cresce. As mulheres só podem ter três filhos. Depois disso, fazem cirurgia. Já pedimos análise da situação, mas nunca fomos atendidos”, relatou. Além disso, criticou a omissão do Estado diante da grilagem, da criação ilegal de gado e do desmatamento das terras indígenas, que continuam ocupadas por milhares de famílias não indígenas, apesar da homologação oficial.

O cacique lembrou que a Terra Indígena Cachoeira Seca foi diretamente afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e que, apesar das condicionantes previstas no licenciamento ambiental da obra – como a criação de uma base de proteção para o povo –, os compromissos não foram cumpridos. “Agora, foi autorizada a presença da Polícia Federal para garantir a segurança da base, mas os impactos continuam. E temos muita dificuldade de resolver essas questões, pois há políticos poderosos envolvidos na região”, afirmou.

Mobo Odo também mencionou o trabalho da associação local e campanhas de proteção territorial, como a iniciativa “Guardião do Iriri”, realizada com apoio do Fundo Casa. “Essas ações são voltadas para nossa comunidade e mostram que temos força e organização para cuidar do nosso povo – o que falta é o Estado cumprir seu papel.”

O cacique encerrou sua fala reforçando o apelo às autoridades internacionais para que pressionem o governo brasileiro a garantir os direitos fundamentais dos povos indígenas, especialmente os de recente contato. “Estamos aqui para que nossa mensagem chegue a quem precisa ouvir. Queremos respeito, queremos que nossas tradições sejam consideradas, e que nossos direitos sejam cumpridos”, concluiu.

A secretária-executiva da Plataforma DHESCA, Cristiane Ribeiro, também trouxe à tona a urgência de o racismo ambiental ser reconhecido como eixo central na luta por justiça climática. “É preciso nomear e enfrentar o racismo ambiental. A crise climática afeta territórios e pessoas de forma desigual, e é preciso reconhecer isso para construir justiça ambiental”, disse.

Representando o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), ela enfatizou que a crise climática afeta de forma desproporcional os territórios negros, quilombolas, indígenas e periféricos. “A floresta em pé precisa de gente dentro dela. É preciso reconhecer que quem protege esses territórios precisa ser protegido e financiado também”, afirmou.

Cristiane denunciou o aumento da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos, com destaque para os assassinatos de lideranças como Mãe Bernadette e Marielle Franco. “Essas pessoas pagam com a vida por defender seus territórios. E o Estado tem falhado tanto na prevenção quanto na reparação desses crimes”, disse. Para ela, a demarcação de terras indígenas e quilombolas e o fortalecimento das políticas públicas com recursos do Fundo Amazônia são passos fundamentais para garantir justiça ambiental e equidade social.

Cristiane concluiu com um apelo por compromisso político e financeiro do Brasil frente à crise global: “Estamos falando de uma Amazônia que é vital para o mundo. É preciso que o governo brasileiro se comprometa seriamente com a sua proteção, com o enfrentamento ao racismo ambiental e com o fortalecimento das comunidades que sustentam esses territórios com suas vidas e resistências.”

Ao final do evento, os painelistas convergiram em torno de uma reivindicação comum: vontade política e financiamento público para que realmente haja a execução dos direitos humanos no Brasil. “O país é signatário de diversos acordos internacionais. O problema não é a falta de compromissos, é a falta de implementação”, concluiu Marina Fonseca.

## **PARTICIPANTES**

---

### **Paulo Lugon Arantes**

*Advogado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).*

### **Fernando Pigatto**

*Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e membro da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura (Abrasci).*

### **Inaye Gomes Lopes Kaiowá**

*Representante da Aty Guasu, mestre em História e parlamentar.*

### **Mobu Odo Arara**

*Cacique do povo indígena Arara.*

### **Cristiane Ribeiro**

*Secretária-executiva da Plataforma DHESCA (Direitos Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais e à Cidade), membro do colegiado do INESC.*

### **Marina Fonseca**

*Antropóloga e assessora política da ONG Criola.*

### **Sueli Carneiro**

*Filósofa, coordenadora e fundadora de Geledés - Instituto da Mulher Negra.*

*Todos os cargos acima e citados neste documento correspondem à época do evento.*

*Todos os cargos acima correspondem à época do evento*

## ABAIXO SEGUEM AS ÍNTEGRAS DAS FALAS DOS PARTICIPANTES DO EVENTO “OS DESAFIOS ATUAIS DOS DESCAS”

---

”

### PAULO DE TARSO LUGON ARANTES

Esse evento tem como objetivo refletir sobre os desafios, ainda grandes, na implementação dos direitos econômicos e sociais e culturais e porque não ambientais pelo Estado brasileiro. O Brasil ratificou o Pacto sobre Direitos Civis, Econômicos, Sociais e Culturais em 1992 na promessa de ser um Estado moderno e democrático, mas também de solucionar essas grandes brechas sociais, raciais e de gênero, em todas as suas interseccionalidades.

O Brasil acaba de entregar o seu terceiro relatório de cumprimento ao Pacto sobre Direitos Civis e Econômicos, Sociais e Culturais, com um atraso e ainda com a minuta inicial feita pelo governo anterior com omissão de vários direitos da população.

”

## INAYE GOMES LOPES KAIOWÁ


Sou Inaye Lopes Kaiowá, do estado de Mato Grosso do Sul, do município de Antônio João. Sou professora, também sou parlamentar no meu município e mestre em História. Quero iniciar a minha fala aos senhores e às senhoras presentes aqui na plenária e também online para falar sobre o marco temporal. Ontem não houve tempo ou sossego para os povos indígenas porque já ao amanhecer estavam (o Congresso Nacional) querendo ressuscitar de novo o marco temporal que é genocida para os povos indígenas.

Quero aqui questionar o PL 2903 quando fala de indenização daquele invasor que foi de boa fé. Como é que se indeniza os invasores que já se enriqueceram em nossos territórios? Os que depredaram a nossa floresta, acabaram com nossa floresta, acabaram com nossos rios, acabaram com as nascentes, estamos hoje só com a terra que ficou, porque acabou a mata e a floresta.

No estado de Mato Grosso do Sul, o nome é bonito, Mato Grosso do Sul. É uma imensidão de soja, é uma imensidão de lavoura de cana-de-açúcar, que são plantadas nos territórios tradicionais dos povos indígenas. Isso causa desmatamento e o agrotóxico está prejudicando a saúde da comunidade indígena, das crianças, das anciãs, das mulheres.

Os bebês no estado de Mato Grosso do Sul não estão mais quase nascendo com vida, ou seja, com bastante saúde. Eles nascem muito fracos, muitos vão a óbito, e isso é consequência do agrotóxico que a gente recebe, porque eles passam (veneno) perto da comunidade indígena, muito perto, então polui automaticamente tudo e a nossa saúde está ficando cada vez mais fraca por conta disso. O aumento de câncer é maior ainda agora. Nossos idosos estão morrendo de câncer por conta disso.

Eu quero também exaltar aqui sobre a produção dos povos indígenas Guarani- Kaiowá. Quando se fala que o indígena invadiu a terra, que o indígena é preguiçoso, não planta, não é assim. Pois o indígena trabalha sim, só que o trabalho do indígena é desvalorizado. Sofremos preconceito com a nossa produção, ninguém quer comprar nossa produção na cidade. As empresas não querem comprar, porque falam que é produção da retomada, porque é área de conflito. Aí eu pergunto: Como é que o fazendeiro planta em territórios indígenas e ainda exporta para a Europa e para outros? Eu deixo a minha pergunta em relação a isso.



Adiantando a minha fala aqui, quero falar sobre a violência contra as mulheres, crianças e jovens, que precisa ser olhada mais especificamente para os povos indígenas. E para finalizar a minha fala, pedimos para o presidente Lula vetar o marco temporal, porque a nossa história não começou em 1988. A nossa ancestralidade sempre existiu aqui. Como diz a deputada Célia Xakriabá, antes da coroa já existia a bancada que é a nossa coroa, que é o povo indígena que já vivia no País Brasil, e isso está sendo desrespeitado.

”

## SUELI CARNEIRO

Considero que o principal desafio dos DESCAS no Brasil atualmente é o recrudescimento da negação dos direitos de cidadania ocorrido nos últimos anos como consequência do avanço do racismo, da misoginia, e do fundamentalismo religioso sobre o Estado e a sociedade que agravaram os padrões de exclusão social e extermínio vigentes no Brasil, desde sempre, contra a maioria da população do país, que é negra.

Nesse contexto, a resistência negra tem se configurado em esforço dramático de preservação do primeiro e mais elementar dos direitos humanos, que é o direito à vida permanentemente ameaçada, especialmente nos territórios periféricos, atingindo preferencialmente jovens e crianças negras. Neste ano, somente no Rio de Janeiro, 19 crianças foram vitimadas pela violência, sendo oito delas vítimas fatais. No estado da Bahia nesse mês, até o momento, 52 pessoas foram assassinadas no confronto das forças policiais com grupos criminosos.


Como apontou a Anistia Internacional Brasil, o suposto combate ao tráfico de drogas se tornou “licença para matar” pessoas às quais não se reconhece nem direitos nem plena humanidade, o que nos autoriza a afirmar que a negritude no Brasil vive sob o signo da morte por causas preveníveis e evitáveis por ação ou omissão do Estado.

O segundo direito humano sempre ameaçado é o direito de ir e vir. Negros, no Brasil, estão sempre submetidos à lógica do vigiar e punir. São tipos humanos sobre os quais pesa o estigma de suspeitos a priori, para os quais não há presunção de inocência, ao contrário, em relação a eles há convicção íntima da culpa, que se evidencia no encarceramento massivo a que estão destinados.

Às violações do direito à vida e à liberdade seguem-se a interdição à participação política que se expressa emblemática e tragicamente no assassinato de Marielle Franco sobre o qual seguimos perguntando quem mandou matar e por quê?

Marielle era uma promessa de gestora pública, uma promessa de mandato popular de deputada estadual, federal e senadora, tudo o que nela se vislumbra como perspectiva de futuro, ceifado de forma sinistra.

Seguindo a mesma lógica de interdição dos direitos políticos, candidaturas de mulheres e negros estão nesse momento sob ataque em projetos que tramitam na Câmara e no Senado que podem desmontar políticas afirmativas nas eleições para anistiar partidos e fazer o país retroceder ainda mais a presença desses segmentos na política nacional.



Some-se a isso a negação do direito de ser lembrado para ocupar posições de confiança e destaque que está sendo desmascarado nesse momento pelas resistências e ataques que se assiste ao pleito pela indicação de uma mulher negra ao Supremo Tribunal Federal.

Temos, por fim, os entraves para a realização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais objetos de diferentes modalidades de interdição que vão dos processos de seleção e alocação no mercado de trabalho, onde a branquidão da pele opera como critério de seleção preferencial, aos melhores postos e ocupações do mercado de trabalho.

Estão presentes no acesso diferencial à terra ou as dificuldades colocadas para a sua preservação e titulação exaustivamente denunciadas por quilombolas. Segue-se as dificuldades no acesso à educação de qualidade, a desvalorização e estigmatização de seus valores culturais, a imposição da aculturação, ou seja, um conjunto de mecanismos que negam aos negros brasileiros a plena condição de sujeito cognitivo e de sujeito de conhecimento.

O resultado desse conjunto de práticas discriminatórias de base racial é um país apartado racialmente do ponto de vista da realização dos direitos de cidadania que os diferentes Índices de Desenvolvimento Humano encontrados para brancos e negros no Brasil ilustram cabalmente, sendo o IDH de pessoas brancas compatível ao de países desenvolvidos e o IDH dos negros brasileiros abaixo dos de países em desenvolvimento, conforme nos informa o estudo da PNUD Brasil deste ano sobre a trajetória desigual do IDH no Brasil.

Sem enfrentar decisivamente o racismo, o sexismo e o fundamentalismo religioso, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais no Brasil permanecerá uma quimera que só alcança efetivamente grupos humanos que gozam das prerrogativas do Estado Democrático de Direitos e normas internacionais das quais o país é signatário, sistematicamente negadas às pessoas negras do Brasil.

”

## FERNANDO PIGATTO


Temos vivenciado, nesse último período, uma desconstrução de políticas públicas do nosso Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

Os ataques que temos sofrido deixam sequelas, não são só sequelas da Covid-19, que também temos de cuidar. Falávamos nesses dias da preparação, inclusive da intervenção que está sendo feita junto ao comitê e que está sendo questionado ao governo brasileiro sobre quais as atitudes que o Estado brasileiro precisa tomar para o próximo período, mas nós não podemos esquecer o que aconteceu nos últimos anos, as mais de 700 mil vidas que foram tiradas de nós, a maioria delas mortes evitáveis. As pessoas que ficaram com sequelas e, inclusive, pessoas e crianças que estão aí abandonadas, pessoas que estão em situação muito difícil e que precisamos cuidar, principalmente a questão da orfandade que ficou da Covid-19.

Nós nunca tivemos um Sistema Único de Saúde no Brasil, aquele sistema que foi preconizado na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, que está na Constituição Federal, que vai fazer agora 35 anos. Sempre estivemos buscando fazer um SUS dos nossos sonhos ou dos sonhos daquelas pessoas que estavam lá, do qual nos sentimos parte, dessa bandeira que trouxemos para as nossas gerações e para as futuras que virão. Dizer que esse SUS, que tinha todas as dificuldades para ser implementado como um sistema universal, que mesmo com todas as dificuldades é modelo para o mundo, neste último período, nos últimos anos.

Não foi só a chegada da pandemia, foi antes de chegar a pandemia. Nós tivemos um golpe em 2016 em nosso país, e logo em seguida veio uma emenda constitucional 95, chamada de Teto de Gastos, que retirou da saúde pública do nosso país, até o final de 2022, mais de R\$ 60 bilhões.

Então, no agravamento do que veio na Covid já tinha sido semeado um rastro de destruição, da tentativa de privatização do Sistema Único de Saúde, de não aplicar, inclusive, as políticas elaboradas com a participação da população brasileira, como, por exemplo, a política da saúde da população negra, a saúde das mulheres, a saúde mental, a própria vigilância em saúde, que tivemos uma conferência entre 2016 e 2018, que estabeleceu uma política nacional. Todas essas políticas foram deixadas de lado e, pior, foram desfeitas na maioria daquelas conquistas, por mínimas que fossem, mas que eram conquistas da sociedade brasileira.



Tudo o que temos sofrido no último período e as populações que têm mais sofrido, inclusive, já destacadas aqui nas falas anteriores e, com certeza, continuarão sendo destacadas nas próximas falas pela representação que temos aqui nesta mesa, sabemos que é uma dívida eterna que o Brasil tem e que a questão da consolidação dessas políticas é para que possamos garantir o direito humano à saúde, esse direito que passou a valer a partir da Constituição de 1988.

Sabemos que nesse último período, além da questão do financiamento, da questão orçamentária, não foi por acaso que tivemos a 17ª Conferência Nacional de Saúde, (onde foram ouvidas) as vozes de quem mais estava sendo atacado e quem mais estava sofrendo a partir do que foi implementado no último governo, especialmente. E essa foi a conferência que vai ficar marcada para a história como uma conferência que, além de garantir que o SUS precisa ser universal, precisa ser integral, e precisa ser equânime.

Então é essa luta que faremos no próximo período e precisamos também garantir o orçamento no plano plurianual, no plano nacional de saúde, para que as políticas públicas e o direito humano à saúde sejam garantidos em nosso país.



”

## MARINA FONSECA

Estamos há 30 anos na luta pelo direito das mulheres negras pelo seu bem viver. Quando eu recebi o convite para falar nessa mesa, fiquei pensando como é que eu vou discutir sobre a relação dos direitos econômicos, sociais e culturais e as mulheres negras. Porque a grande questão para mim foi o que não falar.

Porque sabemos que as mulheres negras são as mais impactadas quando se trata da retirada de direitos. O pouco que conseguimos assegurar nos últimos anos. Sempre que políticas de austeridade são aplicadas, as mulheres negras são as mais afetadas.


Após a aprovação da PEC 95, que estabeleceu teto de gastos públicos, as já gritantes desigualdades sociais no Brasil se aprofundaram ainda mais.

Atualmente, cerca de 70% da população que vive abaixo da linha da pobreza no Brasil é negra. Então, é importante entender que a pobreza não é só a questão da falta de renda, mas também uma falta de acesso à cultura, saneamento básico, cuidado com a saúde, moradia, educação.

Após a pandemia da Covid-19, que foi acompanhada de uma péssima gestão do último governo federal, o Brasil voltou a fazer parte do mapa da fome, com uma em cada cinco famílias chefiadas por pessoas negras sofrendo com algum tipo de insegurança alimentar. A queda nos investimentos sociais que ocorreu nos últimos anos mostrou seu impacto de uma forma brutal durante a pandemia da Covid -19, sendo que as gestantes e parturientes negras foram afetadas de uma forma muito absurda, com uma taxa de mortalidade materna de mulheres negras sendo 77% superior à de mulheres brancas.

Em um relatório recente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), destacou-se que as barreiras para a participação significativa dos assuntos públicos de pessoas afrodescendentes estão indissociavelmente ligadas a experiências diárias de racismo sistêmico em todas as áreas da vida.

O racismo sistêmico persiste, em parte, devido à falha de não enfrentar plenamente o legado da escravidão, do comércio transatlântico, de pessoas africanas escravizadas e seu contexto colonial, e mutuamente reforçado por ciclos de discriminação e desigualdades estruturais que perduram por gerações.



Esse não enfrentamento ao legado da escravidão fica explícito com os últimos resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Só entre janeiro e maio desse ano, foram mais de 1.200 pessoas resgatadas em situações análogas à escravidão, o que prova que o Brasil, mais uma vez, não cumprindo com o acordo, não assegura condições de trabalho justas e favoráveis para a população negra, porque boa parte das pessoas que são resgatadas na situação análoga à escravidão são negras. São homens trabalhando em lavouras e mulheres em trabalho doméstico.

E pensando na questão do acesso à saúde, que também faz parte do pacto, é impossível falarmos do direito ao acesso à saúde de meninas e mulheres negras nesse momento sem tratar da ADPF 442 que trata da descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação, está em discussão na STF, e o ponto de partida para essa discussão é mulheres abortam, e isso é um fato negado.

Não temos como fugir dessa questão. O ponto é, quem são as mulheres que morrem em decorrência desses abortos? Quem são as mulheres que não conseguem acessar um aborto, mesmo nas três situações que são liberadas pelo poder atualmente? As mulheres negras e pobres não conseguem acessar serviços que tragam o mínimo de segurança no procedimento. Mulheres negras são muito mais suscetíveis a aborto de repetição e a sofrer danos à saúde causados pela interrupção da gravidez feita de uma forma sem segurança nenhuma.

Vários dados foram levantados na Pesquisa Nacional do Aborto, que foi publicada esse ano, mostrando que considerando as mulheres negras do Norte e do Nordeste, boa parte das mulheres que abortam são menores de 19 anos.

É importante lembrar também que o enfrentamento do racismo contra religiões de matriz africana faz parte da defesa dos direitos do patrimônio histórico e cultural da população negra brasileira. É importante categorizar os casos de violência a terreiros como racismo.

Isso coloca o holofote no processo histórico genocida que estamos passando. Uma das chaves para compreender essa disputa a nível de narrativa é entender que restringir o debate do racismo religioso ao campo da religião é insuficiente. Quando se trata de racismo religioso, estamos falando muito mais do que isso.

E é sempre importante lembrar que existem diversos acordos, pactos, declarações e convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, que visam garantir os direitos das mulheres e meninas negras, porque é impossível falar de democracia no Brasil sem falar de racismo. O problema que enfrentamos hoje em dia é o não cumprimento, a não implementação dessas políticas e a falta de um compromisso real com a democracia.

”

## MOBU ODO

Eu estou aqui para passar a mensagem também do meu povo. Estamos vendo aqui a desigualdade no Brasil. É isso que nossos aliados, nossos guerreiros estão passando que estamos vendo. Estamos aqui para relatar à ONU que nós, povos indígenas também, somos discriminados também, como as pessoas que são diferenciadas.


Somos daqueles que estão incluídos nessa discriminação na saúde, na educação, na sociedade brasileira. Não temos direito à igualdade. Nós, seres humanos, não importa que sejamos indígena, branco, europeu, precisamos receber respeito. É assim que nós, povos indígenas, queríamos que fosse. Então, (é preciso) respeitar o próximo, aquele que quer respeito e merece ser respeitado. Aquele que não (nos) respeitar, nós não (o) respeitaremos também. Somos desiguais demais em nosso estado brasileiro.

Vou citar um pouco sobre saúde, pontuar algumas coisas da minha aldeia. Nós somos um povo de recente contato. No departamento em que a gente está amparado hoje, como o de recente contato, não vemos diferença. Porque lá no nosso estado, tem dois departamentos. Tem o indígena de recente contato e o indígena que é atendido pelo departamento CR (coordenação regional), dentro da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Então, nós somos tratados como iguais. Nós não vemos essa diferença de tratamento para o indígena de recente contato.

Então, na saúde, queremos ver essa diferença, que valesse essa diferença dentro da saúde, dentro do sistema SUS. Essa diferença queremos porque temos costumes diferentes, temos tradições diferentes, temos uma alimentação diferente. Então, é nessa parte, nesse sentido, que precisamos ser respeitados.

O meu povo hoje se encontra extinto, porque nossas mulheres não têm parto normal, só podem ter três filhos e fazem cirurgia para não ter mais filhos. Nós não entendemos isso. Como cacique, eu já pedi para o nosso sistema (de saúde) fazer análise em nossa comunidade, mas nunca fomos atendidos.

A gente foi até o Ministério Público relatar esse problema, mas não fomos bem atendidos. Então, nós, como povos de resistência a contato, estamos passando essa mensagem em nome do meu povo para vocês aqui da ONU, dos direitos humanos, para que passem essa mensagem ao governo brasileiro para que faça esse diagnóstico. Hoje, o nosso povo não está crescendo, porque podemos ter só três filhos e não podemos ter mais, porque essa é a ordem que eles falam, a de que não podemos ter mais filhos, porque já fizemos cirurgia, ou não poder ter mais filhos porque a gravidez é um risco. Foi isso o que eles colocaram para nós. É isso o que estou relatando aqui na ONU, para que possam respeitar a saúde de nosso povo.



Outra coisa que quero falar aqui é sobre a saúde dentro do nosso distrito, do nosso estado do Pará. Somos atendidos por Altamira e não somos respeitados. Então, não tem alinhamento de gestão, eles não têm organização, cada um toma sua decisão dentro do sistema de saúde. Eles não estão aliados para trabalhar todos juntos na gestão. Então há desigualdades, está bagunçada a nossa saúde lá no nosso sistema de saúde do distrito.

Eu quero falar também um pouco aqui sobre a ONG que trabalha em nossa região. Temos uma associação em que trabalhamos. Já fizemos uma campanha, o Guardiã do Iriri, que foi o Fundo Casa que nos apoiou. Prestamos conta a ela, fizemos esse trabalho que envolve muito nossa comunidade, focado em nossa comunidade.

Eu vou falar um pouco da história, se tiver tempo ainda, sobre o meu território. Viemos de longe, da aldeia Iriri, na terra indígena Cachoeira Seca, para dar esse recado sobre nosso território. Estou aqui hoje passando essa mensagem a vocês, aqui na ONU, que nosso território tem 700 mil hectares, então tem muitos não-indígenas lá dentro, tem 2 mil não-indígenas lá dentro, em terra que é demarcada e homologada. Essas famílias das quais estou falando são 2 mil famílias e não foi feita ainda a desintrusão (ação de retirada de pessoas que não pertencem às populações indígenas).

Quando nós viemos para cá, para Genebra, eles nos liberaram, porque nós temos as condicionantes (impostas para a construção da Usina Hidrelétrica) de Belo Monte (UHE)\*\*, que foram colocadas como nossa base de proteção. Agora foi liberado para a Polícia Federal fazer a segurança dessa base a ser construída. Então, esse é o impacto que sofremos por lá.

Os maiores impactos são a grilagem de terra, a criação de gado clandestino e a retirada de madeiras. Esses são os que mais impactam. E lá, em nossa região, eles têm muitos políticos fortes e por isso essa dificuldade para resolver a situação de nosso território.



”

## CRISTIANE RIBEIRO


Pensar em direitos humanos, sociais, culturais e ambientais é um desafio a que todos e todas estamos enfrentando, depois de como foi bem dito tanto tempo de desfinanciamento de políticas públicas, mas também de um ataque ainda em curso à sociedade civil e aos espaços de participação social, que precisam, de fato, ser fortalecidos. Inclusive, para estar aqui nesse momento, também ajudando a cobrar do governo brasileiro que respeite os tratados, os acordos internacionais de defesa dos direitos.

E sobre os ambientais, nesse momento, nos parece, tanto no INESC, que é o Instituto de Estudos Socioeconômicos sediado em Brasília, quanto a Plataforma DHESCA, que nesse momento pensa também a questão do racismo ambiental e a possibilidade dessa leitura e a necessidade de leitura do racismo ambiental para a gente pensar a crise climática. E como que cada população, como que cada território é afetado de maneira muito desigual, por isso que a gente está chamando de crise climática.

Então, vários dados foram aqui trazidos com relação à letalidade, ao extermínio, às ameaças de defensoras e defensores de direitos humanos, sobretudo quando a gente faz um recorte de raça e gênero, quando estamos falando da população negra, da população quilombola, da população indígena, da Mãe Bernadete, assim como foi citada aqui, Marielle Franco, que são expressões importantes das defesas e dos enfrentamentos que são feitos. Essas pessoas, especificamente, acabaram pagando muitas vezes com a própria vida. E o Estado brasileiro tem conseguido pouca ou quase nenhuma forma de proteger de fato esses defensores e defensoras e, sobretudo, avançar nas necessárias políticas públicas.

E não tem política pública sem financiamento, de fato. Então, avançar nesse debate é fundamental. Nesse momento, temos pensado, inclusive, nessa perspectiva ambiental, como que o Fundo Amazônia ou outros recursos voltados para a questão ambiental e climática no Brasil também precisam considerar as populações que vivem nesses territórios.

Temos que pensar nesses protetores de território, de floresta. Já avançamos um pouco nesse sentido de que a floresta em pé precisa de gente dentro dela para que, de fato, ela se mantenha em pé. O marco temporal nesse momento da discussão é fundamental, porque a decisão do STF não foi suficiente para barrar esse avanço desse modelo de desenvolvimento que é incompatível com a vida. Essa tem sido a nossa defesa.



Queria finalizar dizendo que, por Mãe Bernadette, uma mulher negra, quilombola, de religião de matriz africana e que morreu defendendo o seu território. Morreu a partir de uma ameaça já conhecida e como resposta à uma política do INCRA, à uma defesa. Portanto, uma possível demarcação de terras indígenas e quilombolas é fundamental para a gente, de fato, conseguir construir proteção, conseguir construir enfrentamento à crise climática.

E não estamos falando do Brasil, estamos falando do mundo. Essa Amazônia é importante para o mundo inteiro. Então, que a sociedade brasileira, que o governo brasileiro, de fato, se comprometa com essa defesa, com esse enfrentamento e com a sustentação inclusive e, sobretudo, financeira, mas também política, necessária para que isso, de fato, seja possível e se torne realidade no Brasil.





**APÓS ESTA EXPLANAÇÃO, FOI ABERTA A SEGUNDA RODADA DE CONVERSA, COM INTERAÇÃO ENTRE PAINELISTAS E PÚBLICO. SEGUEM AS PARTICIPAÇÕES:**

---

**PAULO LUGON**

Gostaria de propor uma reflexão. A revisão pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais abrange o período a partir de 2009, 2010, até agora, em que tivemos eventos traumáticos. Nos perguntamos, e quase temos a certeza, de que as omissões não foram meras omissões ou falta de recursos, mas sim projetos de governo, projetos de elites excludentes, em que tivemos alguns planos, inclusive da ditadura militar, algumas apostilas antigas, já com o mofo, retiradas das gavetas administrativas de um passado que já deveríamos ter encerrado.

Agora também temos um governo novo, um novo cenário político, que podemos dizer que veio como um alívio, de repente até para dar um alento, um descanso, para as próximas lutas. Então, o convite que fazemos para quem está on-line, e para quem está aqui também, é refletir sobre quais são esses desafios dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, pelo menos para os próximos cinco anos, o que seria a nova etapa e o tempo de avaliação pelo comitê.



”

## THALES CASSIANO

Sou acadêmico de Direito da Universidade de Genebra, mais especificamente estou no doutorado. Queria fazer uma pergunta específica para o cacique Mobu Odo Arara a respeito da política de natalidade ao qual o senhor se referiu, do controle populacional, da limitação e da necessidade de fazer cirurgias, e se você poderia contribuir dizendo em que contexto isso acontece, se isso é uma política da Funai, e de que maneira poderíamos engrandecer esse debate sob a perspectiva crítica.

## CACIQUE MOBU ODO

Somos pessoas de recente contato, porque fizemos contato, mas antes não havia esse problema. Quando chegamos na beira do rio, na aldeia, onde estamos centrados hoje, tínhamos um sistema de saúde. O nosso povo fazia partos normais. Agora, quando chegamos na beira do rio, começamos a comer a comida do branco. Então, não entendemos o porquê de isso estar acontecendo.

Tínhamos nossas tradições, nossos partos normais, tínhamos pajé para fazer os partos e hoje em dia não temos mais isso. O pessoal do sistema de saúde nos alega que não tem como fazer parto (normal), e que precisa ir para a cirurgia mesmo, mas eles não nos dão explicação. Então, o que estamos vendo hoje é que nosso povo está sendo extinto dentro desse acontecimento, dessa cirurgia que é feita por um médico.

Pensamos em procurar nossos direitos no Ministério Público, na Funai. Falei com o nosso coordenador do Departamento de Recente Contato e pedi a ele para fazer um documento sobre o porquê de estar acontecendo isso. Mas não tivemos resposta alguma, nem mesmo uma explicação.

Precisa fazer um diagnóstico para descobrir o que está acontecendo, mas ninguém tomou essa decisão. Ninguém responde, ninguém fala nada. Por isso que eu estou repassando a vocês. Porque estamos sendo impactados.



”

## IARA PIETRICOVSKY

Fui diretora do INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) por 20 anos. O que está acontecendo aqui é uma violência, uma ilegalidade. É óbvio que tem aí uma ação assassina do Estado brasileiro sobre a população indígena. E ponto. Então, há que se acionar o Estado contra esse descalabro. Não consigo ficar calada diante de uma coisa dessa.

Gostaria de fazer uma pergunta à Sueli Carneiro.

Qual a solução para esses dois Brasis? Como a Sueli vislumbra soluções diante, inclusive, desse novo governo, dessas novas possibilidades? Como vislumbrar caminhos que nos levam ao enfrentamento e à redução dessa distância, dessas desigualdades estruturais que vivemos no Brasil, especialmente ligada à questão racial, que realmente é uma dimensão que estrutura muitas relações dentro do contexto brasileiro.

## SUELI CARNEIRO

Obrigada Iara pela pergunta simples de ser equacionada. Acho que alguém já falou aqui que não há, e eu acho que o que é preciso reiterar é que não há nenhum acidente, nenhuma incompreensão nos resultados que temos em termos de desigualdades raciais.

O que existe no Brasil é um projeto, desde sempre. No dia 14 de maio de 1888, foi decretada a nossa extinção, na medida em que já não servíamos mais como mão de obra não escrava. E essa decretação se manifesta nesse abandono social extraordinário a que a população negra é submetida o tempo todo e aos padrões de violência letal que se abatem permanentemente sobre a nossa gente.

Costumo dizer que o projeto das elites sempre foi o de eliminação da tal mancha negra. E o que deu errado até agora nesse projeto é a nossa resistência extraordinária a esse projeto. Mas, veja, cada vez que nós assinalamos uma violência, uma desigualdade, e sempre que denunciemos que essa desigualdade atinge desproporcionalmente a população negra, nós também estamos dizendo que o projeto está em curso, e que ele está alcançando os seus objetivos. Porque se a pandemia matou muito mais gente negra do que gente branca, e os números são aterrorizantes, sabemos que o projeto está em curso. Por isso, a política não funciona de outra maneira, porque esse projeto não mudou até agora.

Desde 1968, o Brasil vem ratificando um conjunto de instrumentos internacionais para a eliminação do racismo e nada vinga na sociedade, nada é observado, nada acontece em termos de implementação efetiva de direitos conquistados.

Recentemente foi criado o Fórum de Afrodescendentes pelas Nações Unidas. Tenho defendido neste espaço que a mais exitosa política pública de enfrentamento das desigualdades raciais que o Brasil foi capaz de produzir são as cotas raciais nas universidades. E, no entanto, essa política tão exitosa não se encontra ancorada em nenhuma estratégia ambiciosa de desenvolvimento da população afrodescendente no Brasil. A ausência de um amplo e robusto programa de desenvolvimento econômico e social da população afrodescendente impede que os ganhos educacionais auferidos nas políticas de cotas se realizem no acesso às melhores ocupações no mercado de trabalho e demais benesses sociais.

Então, o que eu entendo? A possível reversão dos padrões extraordinários de desigualdade racial e um esforço de unificação desses dois Brasis passa pela ousadia do Estado brasileiro mudar o projeto de nação que está em curso desde 1888.

E isso exige um programa de desenvolvimento econômico e social com metas de médio, curto e longo prazo que nos permita iniciar um círculo virtuoso de promoção da mobilidade social das populações afrodescendentes em nosso país, assegurando que o esforço educacional e tantas outras dimensões da vida social possam se realizar cabalmente.

Um programa de desenvolvimento da comunidade negra como uma política de reparação histórica requereria, inclusive, programas especiais para segmentos afetados de maneira mais aguda como mulheres negras e jovens negros, expostos de maneira desproporcional à violência.

Creio que a resposta que se espera do Estado brasileiro é uma política de reparação com o Estatuto de Igualdade Racial, que não sai também do papel, e que asseguraria e realizaria as ambições da Plataforma de Ação da Conferência de Durban.

Acho que é perfeitamente viável pensar em uma proposta desta no contexto de um governo que se coloca como progressista, como socialmente responsável e determinado a reverter os padrões de desigualdades que se assiste no Brasil.

Sempre lembro que o BNDES tem sido um fator de fomento do desenvolvimento em várias regiões, na América Latina, na África, e ele tem bala na agulha suficiente para sustentar uma ideia dessa ordem. O que me autoriza a sonhar com isso é o fato de eu saber que o BNDES vai apoiar a criação do Museu da Escravidão.

Sugiro ao ex-ministro Aloizio Mercadante (presidente do BNDES) que ouse mais, muito mais, e que conceba um programa de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental para a população negra como forma de fazer a reparação histórica que o Brasil deve à nossa gente e como forma de erradicar a distância entre esses dois países neste território brasileiro.



”

## PAULO LUGON

Inaye, Sueli, se vocês pudessem, que pergunta ou que pedido fariam precisamente ao comitê para que o país avance em cada um dos seus temas para os próximos cinco anos?

## SUELI CARNEIRO

Só reitero o que já disse: que o comitê reconheça a dívida histórica que o país tem com a população afrodescendente, e essa correção dessas injustiças históricas exige medidas de fôlego que invistam no desenvolvimento coletivo da população negra. O Estado brasileiro sabe fazer isso muito bem. Porque ele soube fazer muito bem isso quando buscou substituir a mão de obra escrava pela imigrante, ao qual foi oferecido um conjunto de medidas.

É só ler a história do que foi oferecido para os imigrantes ao substituírem a mão de obra escrava e conformar as elites e as classes médias do Brasil. Todas as estratégias foram desenvolvidas nessa direção. O Brasil sabe fazer muito bem isso para os grupos humanos que são de seu interesse preservar e desenvolver.

Está na hora de mudar a perspectiva. Se queremos unificar o nosso país, se queremos construir um país que seja paradigma de uma democracia racial um dia, é preciso investir verdadeiramente em um projeto de promoção efetiva e desenvolvimento dessa população. E nós temos as condições para realizar esse desafio.



”

## INAYE GOMES LOPES KAIOWÁ

Como já somos reconhecidos como indígenas, mas isso não acontece na prática, eu pediria segurança, mais segurança pública para os povos indígenas. E também que demarquem nossa terra, porque isso é uma prioridade. Por conta disso estamos vivendo em conflito, massacre, sofremos todos os tipos de violência.

## FERNANDO PIGATTO

Vou concordar com a gravidade que foi apresentada aqui pelo cacique sobre a violência que exige, de fato, uma investigação muito grande.

Queria destacar um segundo ponto em linha com o que foi conversado muito também no comitê. Um dos grandes desafios, entre os tantos que foram apresentados aqui, é fazermos uma aposta no fortalecimento da participação social no Brasil. Falo dessas experiências históricas que estão dando certo, mas também da inovação. Esse é um elemento absolutamente fundamental.

A participação exige, inclusive, o compromisso do Estado brasileiro de investimento com recursos, com a autonomia da sociedade. Não é possível que façamos um PAC, novamente, de 1 trilhão e 700 bilhões e precisamos passar o pires para educação em direitos humanos, para fazer promoção dos direitos humanos. Esse é um elemento crucial, inclusive, para evitar que os fascismos e os autoritarismos se instalem com maior força que já estão.

Precisamos retomar os espaços de participação que foram cassados pelo governo. Retomá-los significa colocá-los de volta, ter uma normativa sobre isso, mas também fazer a sua viabilização para o seu funcionamento. Falo desses espaços institucionais que perdemos, mas também precisamos criar outros.

Não só reconquistar o que perdemos, precisamos dar um passo à frente, inclusive, repensar a qualidade dessa participação. Não só fazer mais do mesmo, precisamos nos reinventar. E, para isso, eu diria que o governo tem uma responsabilidade de investimento com a autonomia da sociedade para ela se reinventar, ou seja, ela precisa ter elementos concretos, inclusive para a sua viabilização, com os conselhos, os espaços, os comitês. Precisamos pisar com mais força nesse acelerador, isso é um elemento fundamental. Queria repetir sobre a autonomia da sociedade no sentido de termos a liberdade, inclusive, de quando falamos em direitos humanos.

A graphic element consisting of a white speech bubble with a drop shadow, containing two large orange quotation marks. A thin orange vertical line extends upwards from the top of the bubble.

## TAINÁ, REPRESENTANTE DO PROGRAMA DE DEFESA DOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONECTAS

Pensando nesses próximos anos, e também em como olhamos para essa nova gestão do governo federal, quero trazer a importância de um governo que precisa enfrentar uma extrema direita que está capilarizada nos estados e nos municípios.

Precisamos urgentemente olhar para essa garantia de direitos econômicos, sociais e culturais, desenhando novos mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas, e não só de garantia das políticas públicas no governo federal, porque as políticas são necessariamente sentidas e implementadas na ponta, nos governos estaduais e nos municipais, no caso do Brasil.

Precisamos urgentemente desenhar, nos utilizando desses espaços de participação social, mecanismos de controle e monitoramento dessas políticas que chegam na ponta, para que de fato consigamos garantir esses direitos. A violação de direitos continua, e precisamos garantir que esse extremismo que está na ponta, sendo sentido pelas pessoas, seja combatido também.

Precisamos que essa garantia de direitos venha com novos mecanismos de monitoramento e avaliação dessas políticas. Enquanto sociedade civil, precisamos pressionar não só por grandes diretrizes, não só para a garantia de que o governo federal faça um plano de desintração para uma terra indígena, mas também para que o governo estadual não ceda aos desejos dos ruralistas daqui do estado. Para que consigamos que o plano de desintração de uma terra indígena seja efetivado, garantindo que aquela polícia militar do estado esteja junto com a Polícia Nacional do governo federal, para que o plano de desintração aconteça. Quero trazer essa contribuição para não esquecermos dessa importância de criar esse controle interfederativo.

”

## PAULO CÉSAR CARBONARI, DO MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Queria refletir um pouco mais especificamente. Estamos aqui para fazer a avaliação do cumprimento de um pacto, o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Temos insistido e eu queria reforçar isso como um desafio. Precisamos criar mecanismos e canais para a implementação das recomendações. Porque voltaremos daqui com uma lista de recomendações e a lista já está bem grande, tem trezentas e tantas da Revisão Periódica Universal, tem dezenas do CERD, tem dezenas de civis e políticos, dezenas do CAT, de vários comitês da ONU.

Vamos ter mais dezenas agora do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. E, bom, o que fazer com tudo isso? Esse é um desafio fundamental para nós, mas sobretudo também para o Estado brasileiro, que ainda precisa avançar muito no sentido de garantir essas recomendações. E efetivar recomendações significa criar mecanismos de realização dos direitos humanos.

Na prática, é isso. Acho que nós temos uma responsabilidade muito importante, e como a luta por direitos humanos é essencial. É mantermos e reforçarmos a memória da escravidão, a memória da cultura, a memória dos mortos com a pandemia, enfim, não podemos ir para frente fazendo de conta que os 700 mil que morreram agora, mais recentemente, os milhões que foram eliminados ou escravizados, os indígenas que foram exterminados, todos esses não contam. É sempre certo que não recordar as vítimas é revitimizá-las, ou seja, refazer o genocídio.

Então, temos um compromisso também importante com a realização dos DESCAS, que é efetivamente mantermos e criarmos mecanismos de fortalecimento e política de memória que sejam efetivamente consistentes.

Por fim, temos um desafio também nesse campo, que é avançarmos nas condições que estão as defensoras e defensores de direitos humanos. Não podemos admitir que o Estado brasileiro continue achando que é possível fazer alguma coisa, mais ou menos, ou de qualquer maneira, nas políticas de proteção.

O desafio é muito grande, porque se não vamos fazer todas as transformações necessárias para evitar ou interromper ou fazer frente às causas que geram as situações de ameaça ou de violência, temos que dar passos significativos para que efetivamente a luta por direitos humanos não seja um crime.

A graphic element consisting of a white speech bubble with a dark orange border and a dark orange double quote symbol inside. A thin dark orange vertical line extends upwards from the top of the bubble.

## HENRIQUE FROTA, CODIRETOR DA ABONG (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS) E REPRESENTANTE DO INSTITUTO POLIS

Vou endereçar a sua questão, Paulo, tratando do tema do direito à moradia adequada, que está no PIDESC (Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e que é objeto de diversos comentários gerais do comitê.

O Brasil historicamente nunca conseguiu implementar o direito à moradia adequada, porque se pensa em política habitacional de construção, muito mais para atender o setor privado, e o exemplo que tivemos do Minha Casa Minha Vida teve uma reprodução da apropriação da classe média e alta, como aconteceu na época da ditadura militar.

Temos visto uma retomada nesse atual governo de um modelo muito parecido, com alguns ajustes, algumas melhorias, mas um modelo muito parecido com o que a gente teve do Minha Casa Minha Vida.

Por exemplo, estamos vendo as emergências climáticas atingindo comunidades, como atingiram o litoral de São Paulo, e temos acompanhado o que aconteceu em fevereiro, e até hoje, no mês de setembro, com aquela comunidade de São Sebastião que continua nas mesmas condições. A prefeitura do município, com o uso de recursos federais, está construindo um conjunto habitacional dentro do manguezal. É uma dupla violação do direito à moradia, racismo climático, como colocado pela Cris, e violação do meio ambiente, na medida em que constrói em uma área totalmente inadequada.

Em um segundo aspecto, o Estado brasileiro historicamente sempre violou o direito à moradia no que toca aos despejos forçados e remoções forçadas. Temos uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), que foi fruto da luta da campanha Despejo Zero e que teve uma oratória durante a pandemia, e que o ministro Luís Roberto Barroso tomou a decisão com parâmetros que estão adequados com o comentário número 7 do comitê.

Hoje, temos dialogado com a Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça. Nos últimos nove meses, não conseguimos avançar, por exemplo, em como o Brasil pode ter uma política adequada de respeito aos direitos humanos e simplesmente acabar com despejos e remoções forçadas. Não importa as circunstâncias, se na pandemia ou não na pandemia, remoção forçada e despejo forçado serão sempre uma violação de direitos humanos.

“

## CAMILA GOMES, MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A fala da Sueli e a da Cris também focam muito nisso: ao falarmos sobre o acesso aos direitos temos que falar sobre qual grupo estamos falando. Porque você pode ter o IDH de um país desenvolvido para algumas pessoas e ter o IDH de um país de extrema pobreza para outras.

Estamos em um momento em que a sociedade civil está muito mobilizada em relação a essa indicação do Supremo (Tribunal Federal), então poderíamos juntar todas essas organizações que estão assinando aqui, que estão participando da organização desse evento, e fazer uma recomendação.

Não acredito que venha da revisão uma fala de que precisamos de uma mulher negra no Supremo, mas temos condições de conseguir do comitê subsídio do direito internacional sobre, inclusive da jurisprudência do entendimento do comitê, da revisão de outros países e da identificação de boas práticas, sobre a importância de uma composição dos tribunais, do sistema de justiça, inclusive da alta cúpula do sistema de justiça, que esteja comprometido com isso, para que seja diverso. Poderíamos pensar em alguma forma de apresentar isso e sair daqui com esse subsídio. É um momento muito importante, tem muito tempo que a sociedade civil discute a diversidade dentro do sistema de justiça.

Fico me lembrando aqui das reflexões em 2011, quando foi criada a Articulação Justiça e Direitos Humanos. Por que é tão difícil falar de direitos humanos dentro do sistema de justiça? Porque temos um sistema de justiça machista, um sistema de justiça conservador, homogêneo, que não reflete a diversidade da sociedade.

Poderíamos tentar conseguir dos peritos, acho que há espaço. A discussão de combate à discriminação foi feita de um modo muito contundente por esses dias, e podemos costurar alguma coisa. Me coloco à disposição para ajudar a pensar em uma redação inicial. Quem sabe conseguimos uma recomendação e voltamos ao Brasil com ela debaixo do braço? Para apresentar ao presidente Lula, para dizer que o judiciário não é um feudo. Conformidade significa combate à discriminação.



”

## FERNANDO PIGATTO


As falas trazem, e a fala do cacique reflete isso, o que é viver o dia a dia para quem tem sofrido todo esse período de existência. Precisamos exigir, realmente, investigação e que se tomem providências. O espaço não é outro. Há pessoas do governo aqui, de áreas, inclusive, ligadas à questão do ministério e outras áreas, inclusive, da própria saúde indígena, que estão presentes.

O Conselho Nacional de Saúde tem atuado muito nessa parte. Fizemos uma conferência Nacional de Saúde Indígena e estamos, permanentemente, tratando dessa pauta. Precisamos radicalizar a democracia de nosso país. O grande desafio, no próximo período, e foi dito aqui, é não repetir o mais do mesmo.

A reconstrução é importante, mas é preciso construir novos parâmetros para a participação. Temos desafios enormes em nosso país. E existe a questão, por exemplo, de estruturar os Conselhos de Saúde. Temos os Conselhos Estaduais, o Conselho Nacional, obviamente, e os Conselhos Municipais.

Lançamos um desafio na Conferência Nacional de Saúde, na 17ª, que é fortalecer e construir onde não existem os Conselhos Locais de Saúde, nos territórios onde as pessoas estão. São mais de 40 mil Unidades Básicas de Saúde no país. O último levantamento, há dois anos, dá conta de que havia somente mais de um Conselho Local organizado naquela região onde as pessoas moram, vivem e lutam para ter direito à saúde.

O que precisamos? Precisamos fazer com que essas organizações adentrem o sistema e temos a comprovação de que, durante a pandemia da Covid-19, onde as comunidades estavam mais organizadas e onde, inclusive, existia Conselho Local de Saúde funcionando, o enfrentamento à pandemia foi melhor. Esta é uma questão que nos toca e não foi por acaso que a única resolução homenageada pela Ministra da Saúde, na abertura da conferência, tenha sido essa, para que possamos radicalizar a democracia.



A outra questão é a formação do Conselho Social do Sul. Temos uma experiência positiva sobre isso, para todas as áreas. Precisamos investir muito em formação e, obviamente, a formação não é somente para conselhos ou para ter conselheiros e conselheiras. É a formação, inclusive, do Movimento Social e do Movimento Tribunal, que até sustenta a própria questão da participação social no país, que, sim, tem referência, que, sim, é importante para a América Latina, para o mundo, mas que ainda é muito insuficiente perto dos desafios que temos que enfrentar, e os desafios não vão ser poucos.

Portanto, radicalizar a democracia para nós, do Conselho Nacional de Saúde, é a chave para que possamos garantir o direito humano à saúde do país e não só do Brasil. Participação social nunca é demais.

A graphic element consisting of a white speech bubble with a drop shadow, containing two large orange quotation marks. A thin orange vertical line extends upwards from the top of the bubble.

## CRISTIANE RIBEIRO, SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA PLATAFORMA DHESCAS

A atual gestão recompôs o Conselho de Participação Social. Seria fundamental que essa fosse uma instância que, de fato, se comprometesse política e financeiramente com a construção de um sistema nacional de participação social, que pudesse, inclusive, trazer ou fortalecer essas possibilidades de novas formas de participação.

Como foi dito aqui, é fundamental a retomada dos espaços de participação, mas já sabemos que eles não são suficientes. Não são suficientes, inclusive, porque estamos dizendo que há outros modos de vida, outras populações, outras pessoas que, historicamente, não participaram ou participam muito pouco desses processos e desses espaços, e que a ideia é que essas pessoas venham. Mais do que a ideia, a necessidade é essa de que encontremos e construamos, inventemos. Porque não tem palavra melhor, é invenção mesmo, de novos espaços e novas formas de participação com possibilidades deliberativas. É importante que esses espaços também tenham a sua função muito mais reconhecida pelo Estado brasileiro em suas deliberações.

Foi dito aqui sobre a questão desse pacto interfederativo, que é fundamental, e temos nos debruçado muito, pensando nas eleições municipais no Brasil, no ano que vem, e o tanto que isso é um desafio por várias vias.

É um respiro à democracia, mas com uma série de desafios, em função de uma frente ampla, em função de um Congresso conservador, em função de uma série de barreiras e atravessamentos que temos encontrado cotidianamente na defesa e na construção de políticas públicas.

Portanto, pensar nas políticas municipais do próximo ano tem sido fundamental nesse contexto de violência política que vivemos, é uma violência também direcionada a corpos que, historicamente, nunca ocuparam esses lugares de poder.

Muito mais do que pensar na entrada de novos e novas vereadores, deputadas e senadoras, e em todas as instâncias de mulheres negras, indígenas, LGBTQI+, é preciso se pensar na permanência. Pensar na proteção, na construção de mecanismos que, de fato, possam garantir que as pessoas, quase como um atrevimento no Brasil, ocupem esse espaço, e possam chegar lá e, de fato, tenham condição de exercerem seus mandatos com uma segurança mínima. Sobre a execução de Marielle e as ameaças diversas, já temos esses registros. Portanto, é fundamental que tenhamos esse compromisso por parte do governo brasileiro.



”

## KAREN SUASSUNA, COLETIVO GRITO DE GENEBRA E DO CENTRO INTERNACIONAL DE COMÉRCIO

Em todo o processo de negociação da Convenção de Mudanças do Clima, durante o processo de negociação da Convenção do Clima, houve, provavelmente, o estabelecimento das áreas para redução das emissões de desmatamento e todos os mecanismos de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Nessa conversa sobre os mecanismos de REDD+, houve uma grande consulta sobre a elaboração de salvaguardas socioambientais. Esse mesmo tipo de trabalho não existiu dentro da área de energias renováveis.

Seria muito interessante que uma recomendação saísse a partir da sociedade civil para que esse sistema de averiguação dos direitos humanos recomendasse a entrada dessa pauta dentro de outro sistema de negociação da Convenção de Mudanças do Clima. Porque, no sistema ONU, essa conexão não é tão óbvia assim quanto parece, mas esse é um tema que venho acompanhando pelo Brasil. Não é só no Brasil que acontece dessa forma dispersa, mas em diversos locais do globo, principalmente porque não se consegue fazer esse protocolo de salvaguardas para a expansão das renováveis.

Se pudessem fazer, a partir do Brasil, essas recomendações, não só em relação à expansão eólica, mas em grandes áreas de pós-voltaica, nos projetos de hidrogênio. Não dá para ser só renovável do ponto de vista do recurso natural; precisa ser renovável no âmbito ambiental e social também.



